ANTI CAPITALISTA

N.º 14 (SÉRIE II) – FEVEREIRO 2019

A LUTA PELO FIM DAS PROPINAS PP.04-05

O QUE QUER A REDE ANTICAPITALISTA P.06

CONTAGEM FINAL PARA A

MANIFESTAÇÃO E GREVE FEMINISTAS

EDITORIAL

FALTAM POUCAS SEMANAS PARA A GREVE E MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS DE 8 DE MARÇO

Temos seguido com atenção a preparação da Greve e manifestação feminista de 8 de março, que está a ser preparada em Portugal por coletivos unitários e com ligação ao movimento internacional, como o que levou para a Greve e para a rua milhões de mulheres no Estado Espanhol no ano passado. Em 2018, houve manifestações em várias cidades portuguesas, com expressão importante, mas não houve preparação e debate sindical (nem os sindicatos que apoiavam a Greve apresentaram pré-aviso). Ao longo dos últimos meses, em contrapartida, foi definida uma plataforma reivindicativa, tem havido reuniões com sindicatos de diversos setores profissionais para conseguir a sua participação ou alguma forma de apoio em setores de trabalho feminino intensivo (Fenprof e sindicatos de professores, jornalistas, têxteis, serviço e comércio, trabalhadoras da limpeza, segurança social, etc.). No mês que falta para o dia 8 de março, esses sindicatos dirão o que farão, ao mesmo tempo que começa a campanha de massas para divulgar as manifestações.

Há boas razões para que essas manifestações seja momentos importantes da luta feminista. Ao longo de 2018, houve vários momentos de protesto público, em particular contra sentenças judiciais preconceituosas e machistas, ou em solidariedade com as mulheres brasileiras e contra Bolsonaro. A inclusão da extrema-direita na maioria de governo na Andaluzia, depois de terem reivindicado o fim da lei contra a violência de género (o que não foi aceite sob essa forma, mas ficaram com a promessa de revisão da lei ou da sua aplicação), mostra bem o que está em causa. Grandes manifestações serão um incentivo para a continuidade do novo movimento feminista.

Esta nova vaga de feminismo, potenciada pelo apelo internacional para a Greve de 8 de março, tem encontrado em Portugal dois obstáculos principais. O primeiro é o do feminismo reformista, que aceita a ideia de greve se for reduzida a uma ação simbólica, por preferir um trabalho exclusivamente institucional à mobilização popular. O segundo é o dos setores que querem abandonar a reivindicação feminista com o sonho de uma greve geral contra o governo. Ora, como em Espanha, o que a greve pretende mostrar é que o país não funciona sem o trabalho das mulheres no emprego, em casa, nos cuidados, mas também no consumo e na escola. O que quer é tornar visíveis as mulheres. Abandonar esse objetivo para uma jogada de pressão e de denúncia dos sindicatos é afirmar vistas curtas e sectarismo.

O que a Greve pretende, mesmo sabendo que é um modesto início de mobilização, e as grandes manifestações devem mostrar, é essa visibilidade, essa força feminista.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Faltam poucas semanas para a greve e manifestações feministas de março

3 **Debate**
O que são os direitos? São segurança

4-5 **Movimento social**
Fim das propinas, uma luta para ontem

6 **Rede Anticapitalista**
Vencer os Medos! Conferência da Rede Anticapitalista

7 **Polémica**
Álvaro de Campos e três versos triunfais

8 **Vai Acontecer**
Congresso História da Cultura em Portugal no Século XX
Inconformação
Banksy, Dismaland and Others

8 **Leituras**
Berta Isla, de Javier Marías
Quem disser o contrário é porque tem razão, de Mário de Carvalho

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Francisco Louçã
Luís Leiria
Pedro Loução
Mafalda Escada
Rita Gorgulho
Rodrigo Rivera

A noite, de Louise Bourgeois, 2001.

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

O QUE SÃO OS DIREITOS? SÃO SEGURANÇA

FRANCISCO LOUÇÃ

1 É natural que as pessoas tenham medo? Sim. Basta olhar à volta. Centenas de mortes no Mediterrâneo. Governantes que anunciam bombas poderosas e outros que se gabam de assassinatos extrajudiciais. Um fascista no Palácio do Planalto, em Brasília, e Marielle assassinada. Trump que diz e faz. Eleições falsificadas, guerras locais, generais no poder, banalização da violência em vários países. Liberalização das armas e morticínios em escolas norte-americanas. Qualquer telejornal nos diz que o mundo é medo.

2 Mas o medo foi também aqui ao lado. Outro medo, mas era o que as nossas famílias sentiam. O medo do desemprego, o medo de ter que emigrar, o medo da redução do salário, o medo de não poder pagar a hipoteca, o medo de perder o 13.º e o 14.º mês, o medo de ver a pensão reduzida. O medo de que viesse uma ordem para novas medidas de austeridade. O governo atual conseguiu apoio maioritário ao longo do mandato precisamente porque surgiu em contraste com este sentimento de incerteza, que foi o medo sentido pela maioria da população em Portugal a partir de 2011 e até 2015, mas que se mantém de outras formas, como o medo de que os filhos não consigam emprego, ou tenham emprego e não possam ter casa. Esta dúvida essencial sobre as condições de vida impregna o quotidiano e é a maior conquista do neoliberalismo, que alterou os padrões de referência para os movimentos populares.

3 Há outro medo que só vive em alguns bairros, mas que é medo. É o medo do lojista de ser assaltado, é o medo do negro de ser visto como um suspeito quando anda na rua, é o medo dos jovens de serem roubados a caminho da escola. Em grandes partes do país, é o medo da mulher em casa, ou na rua.

4 A todos esses medos, a esquerda deve responder com segurança. Segurança é um dos direitos sociais mais importantes. Segurança é andar na rua sem medo, é ter emprego e ter salário, é não ter que fazer horas extraordinárias a mais. É ter pausas e dias de descanso. É ter transporte para casa. Segurança é o respeito por toda a gente, homens ou mulheres, qualquer que seja a cor da pele. Racismo e homofobia são insegurança. Discriminação das mulheres é insegurança. Pelo contrário, segurança exige que os tribunais sejam imparciais e julguem pela lei e não punam uma mulher por dançar. Segurança é ter a certeza de que a corrupção é combatida com meios eficazes.

5 A direita é uma ameaça contra a segurança. A direita promove a violência na rua. A direita facilita a degradação dos contratos laborais e atacou os salários e as pensões. O PS também tem sido persistente na degradação dos direitos laborais e até sonhava criar um novo modelo de despedimento facilitado, que propôs nas eleições de 2015 e que só a esquerda conseguiu travar. A direita atinge o sistema de saúde, procurando a sua privatização progressiva, que aumenta o risco das pessoas doentes, mas o PS também convive com esta estratégia (a associação de hospitais privados é dirigida por um ex-governante do PS). Os administradores da CGD ao longo do tempo, do PS, PSD e CDS, ameaçaram a segurança dos depósitos e dos dinheiros públicos com empréstimos ruinosos a amigos.

6 É por isto que é tão importante que quem procura uma alternativa de segurança encontre uma resposta social da esquerda. A esquerda, nomeadamente o Bloco, tem que ser o penhor dessa resposta de segurança contra o medo em todos os planos em que ele se manifesta. A criança, ou a mulher, ou o negro na rua, ou o lojista, ou o automobilista, têm de sentir segurança. A pessoa que está no seu emprego, a pessoa que procura emprego, têm que sentir segurança e que a porta não se fechou, que não são deixados para trás, como se diz. É assim que, em tempo de Trump e Bolsonaro, a esquerda deve vencer.

FIM DAS PROPINAS, UMA LUTA PARA ONTEM

Mafalda Escada

Desde o início dos anos 1990 que as propinas se instalaram nas universidades, mas nunca sem oposição. Entre 1991 e 1994, o movimento estudantil registou as maiores mobilizações desde as crises académicas dos anos 1960 e conseguiu fazer da implementação das propinas um processo conturbado e impor uma importante discussão, que extravasou o espaço académico e se tornou central no debate político da altura. Infelizmente, o movimento foi derrotado, mas não deixou de ter razão, por isso nunca morreu e permaneceu semente para os dias futuros.

Se o movimento contra as propinas dos anos 1990 pesou no debate político e social, não o fez sem ultrapassar vários obstáculos: governos da direita neoliberal, como o de Cavaco Silva, e os do PS, que, apesar da sua "paixão pela educação", contribuíram de igual forma para que o aumento das propinas viesse para ficar. Há um outro obstáculo que tem atravessado os tempos: um movimento estudantil sequestrado pelas jotas, em que predominam Associações de Estudantes (AE) que delegam a política educativa em Associações e Federações Académicas, proxys das juventudes partidárias, que as utilizam ao serviço de agendas que estão nos antípodas da defesa de um Ensino Superior público, democrático e gratuito. Há vinte anos não foram as invetivas de dirigentes estudantis ao serviço das jotas que impediram a formação e afirmação de um verdadeiro movimento estudantil, e não serão certamente os peões dos partidos do centrão que impedirão hoje as propinas de seguirem o seu caminho: a sua completa abolição.

Os argumentos que nos anos 1990 procuraram justificar a necessidade de propinas tiveram mais de vinte anos para se enraizarem no senso comum. São os mesmos argumentos que a direita, entre PSD, CDS e reitores, agora arremessam, numa tentativa de obstruir uma discussão que pode resultar numa mudança radical do Ensino Superior e a que a redução das propinas conseguida pelo Bloco serviu de trampolim: o fim das propinas. Se à maior parte das medidas que procuram resolver a vida de quem menos tem a direita se opõe evocando a necessidade de "boa gestão" e equilíbrio orçamental, fugindo ao debate político, neste caso recorre ao argumento da "justiça social". Acontece que o debate sobre as propinas não é um debate sobre disponibilidade financeira do Estado para assegurar a gratuitidade do Ensino Superior, mas sim uma discussão sobre o Estado social, o qual tem de garantir o direito à educação.

A suposta preocupação das direitas com a justiça social é falsa, porque as suas propostas discriminam, desde logo, na própria instituição, as pessoas em função do seu rendimento, sem, no entanto, as isentar de propinas e sem as apoiar na superação da sua posição desvantajosa face aos custos associados à frequência. Nenhum estudante, rico ou pobre, está isento do pagamento das propinas e as bolsas de ação social, apresentadas como mecanismo corretor do efeito desigualitário das propinas, servem apenas para alimentar a própria política de propinas, criando um círculo vicioso em que o Estado recorre a fundos comunitários para pagar ao próprio Estado, utilizando como intermediário o estudante pobre. Pelo meio, os Serviços de Ação Social comportam-se como *bullies*, fazendo um profundo escrutínio da vida destes estudantes, obrigando à entrega de extratos bancários, declarações de honra, processos morosos com entrevistas individuais, dos quais os candidatos a bolseiros saem, em geral, prejudicados, não só pela violência psicológica do processo, como pelos atrasos dos resultados e da transferência das bolsas que os sujeitam a enormes dificuldades e os empurram para o trabalho precário ou para o abandono escolar.

A Ação Social Escolar foi deturpada pelas propinas e continua a excluir estudantes com rendimentos médios, a quem as propinas pesam demasiado, e trabalhadores-estudantes que, a título de exemplo, por receberem mais 10€ num ano, são excluídos de qualquer apoio. As propinas transformaram a Ação Social Escolar num mecanismo que as legitima e numa política assistencialista que tapa buracos (e mal) e não garante, a longo prazo, a igualdade de oportunidades no acesso e frequência do Ensino Superior, como, aliás, prova a atual crise de abandono

escolar. É a esta ação social que o ministro Manuel Heitor pretende continuar a recorrer para resolver o peso financeiro que as propinas têm sobre estudantes e famílias, tendo voltado atrás na palavra dada quanto ao fim das propinas. Para Manuel Heitor, agora esta é uma "medida populista". Há que "esperar pela Europa" e pelo aumento da escolaridade obrigatória para os 21 anos de idade, obstáculos demagógicos que impõe para impedir aquilo com que ainda no mês passado concordou.

Só a gratuitidade é capaz de garantir a igualdade no acesso e só uma verdadeira política de ação social escolar pode garantir a igualdade na frequência. Sem gratuitidade e sem ação social escolar efetiva, a igualdade de oportunidades não passa de um *slogan*. Acusam-nos de imputar à maioria um privilégio da minoria, mas é exatamente esse privilégio que estamos a combater. Para que o acesso à educação superior não seja um privilégio dos ricos, mas antes um instrumento de desenvolvimento e de correção de desigualdades sociais, a educação tem de ser pública, universal, e isto exige que seja financiada pelo Estado. A redistribuição da riqueza faz-se com política fiscal justa, não na secretaria da faculdade.

Enquanto Bloco, corremos por dentro e corremos por fora, para fazermos do fim das propinas um combate político e social central e contribuirmos para a formação de uma maioria social em torno deste objetivo. Não esperamos por ninguém para defender esta posição e para apresentar propostas neste sentido, e muito menos confiamos em quem transformou as universidades em empresas. Somos parte do movimento estudantil e estamos empenhados na exigência do fim das propinas e na reivindicação do direito à educação como parte da solução para a crise social instalada nas universidades. É neste sentido que estamos a caminhar. O fim das propinas é para ontem.

CRONOLOGIA DE 27 ANOS DE PROPINAS

1991/9 | Governo de Cavaco Silva anuncia o aumento das propinas. Criação do Movimento dos Estudantes Contra o Aumento das Propinas (MECAP). Ocupação da cantina de Belas-Artes, Lisboa

1992 | Demissão do ministro Diamantino Durão, perante manifestações contra as propinas e a Prova Geral de Acesso (PGA)*; toma posse Couto dos Santos. "Lei das Propinas": propinas progressivas com 4 escalões. Propina sobe de 6€ para variar entre 160€ e 400€.

1992/93 | Estudantes impedem a fixação das propinas, invadindo os senados das universidades. Boicote ao pagamento de propinas e entupimento dos Serviços de Ação Social impedem a aplicação plena da "Lei das Propinas".

1993 | Polícia carrega sobre estudantes em frente à Assembleia da República. Greve estudantil. Demite-se Couto dos Santos, assume Manuela Ferreira Leite.

1994 | Redução de escalões de pagamento: isenção para bolseiros, redução de 50%, pagamento total.

1993/94, 1994/95 | Mantém-se a contestação estudantil. Conselho de Reitores não consegue fixar o valor das propinas, Ministério da Educação assume a responsabilidade.

1996/97 | Retorno temporário ao modelo pré-propinas (taxa de 6€/ano).

1997 | Aprovação da Lei-Quadro do Financiamento do Ensino Superior: fim da progressividade da propina, que seria compensado com mais bolsas de ação social. Propinas aumentam de 6€ para 283€.

2003 | Aprovação da Lei de Bases do Ensino Superior: propina sobe de 30% a 140%.

2016 | Congelamento da propina máxima em 1063€.

2019 | Redução da propina máxima para 856€.

* PGA - Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, que avaliava conhecimentos de "cultura geral", e que tinha como consequência a elitização do acesso à universidade.

VENCER OS MEDOS! CONFERÊNCIA DA REDE ANTICAPITALISTA

RODRIGO RIVERA

A 3.ª Conferência da Rede Anticapitalista aconteceu no passado dia 19 de janeiro, em Lisboa. Sob o lema "Vencer os medos", a discussão e o debate passaram por temas de política nacional e internacional, com forte incidência no ascenso da extrema-direita e no processo de desintegração europeia, e pelos diversos ativismos em que estamos implicadas e implicados: combate à precariedade laboral, defesa da legalização da canábis para fins recreativos, feminismo, justiça climática, direito à habitação, movimento estudantil...

Foi eleita uma nova equipa - paritária - de coordenação da Rede para o próximo ano, da qual fazem parte o Adriano Campos, a Ana Feijão, a Andreia Quartau, o Bruno Maia, o João Camargo, o Jorge Costa, a Mafalda Escada, o Marco Marques, a Maria Manuel Rola, a Raquel Azevedo e a Sofia Roque.
Na página da Rede Anticapitalista, podes ler a resolução aprovada, na qual reafirmamos o nosso empenhamento na construção do Bloco de Esquerda e o nosso compromisso com a orientação da Convenção do movimento, e apontamos as nossas prioridades no trabalho de base e no ativismo social. No entanto, aqui ficam umas notas sobre alguns debates ocorridos.

A AMEAÇA DA EXTREMA-DIREITA CRESCE EM TODO O MUNDO

A globalização financeira e o avanço dos cânones neoliberais resultaram numa hipermobilidade do capital, enquanto se extremavam as condições precárias de vida das populações. A receita austeritária aumentou as desigualdades e o isolamento, levando a uma explosão dos ressentimentos. O ódio e o medo passaram a ter campo aberto, reagrupando os setores saudosistas e extremistas em busca do poder. O discurso evoluiu da mera apologia xenófoba e racista para um discurso de contestação ao sistema global e à forma de intermediação política.
Em Portugal, a extrema-direita começa a ser normalizada em alguns meios de comunicação social e forma novos partidos. O Bloco deve estar sempre na frente do combate às forças antidemocráticas, recusando a sua normalização no espaço público e no sistema político.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

A aceleração das alterações climáticas funciona como catalisador das contradições e das desigualdades, promovendo a degradação da viabilidade dos territórios, migrações em massa, fenómenos climáticos extremos, redução da disponibilidade de matérias-primas. O capitalismo não tem qualquer solução para esta crise da civilização, enquanto a extrema-direita se encavalita nos efeitos do aquecimento do planeta para promover a agenda do ódio e do genocídio.

PORTUGAL: O BLOCO FAZ A DIFERENÇA

Nos últimos três anos, o Bloco de Esquerda fez a diferença na vida das pessoas. Ao travar a formação de um novo governo das direitas, foi capaz de impulsionar uma agenda pelos direitos e conquistas populares.
Não temos ilusões sobre os limites deste processo e não nos enganamos sobre a sua realidade: foi um pequeno avanço que permitiu recuperar iniciativa e confiança social, mas as questões essenciais da relação de forças na sociedade portuguesa não foram alteradas e exigirão um combate de longo fôlego que depende da força da esquerda. E essa força vem da base.

A REDE ANTICAPITALISTA E A MOBILIZAÇÃO DE BASE

A militância e a mobilização de base é o que permite a um partido de esquerda radicalizar a agenda pela transformação social, ao mesmo tempo que convoca as formas coletivas de organização contra o isolamento e o imobilismo social.
A Rede Anticapitalista bate-se por uma ação que promova o encontro de lutas, gerações e aprendizagens políticas diferentes. Ao longo dos últimos dois anos, promovemos reuniões mensais de discussão e partilha, estando presentes nos movimentos sociais e na militância de base do Bloco.

POLÉMICA

ÁLVARO DE CAMPOS E TRÊS VERSOS TRIUNFAIS

ANA BÁRBARA PEDROSA

Veio recentemente a público uma polémica sobre um manual de língua portuguesa. É bom, significa que os conteúdos escolares não são recebidos acriticamente.

O manual *Encontros*, de Noémia Jorge, Cecília Aguiar e Miguel Magalhães, da Porto Editora e destinado aos alunos do 11.º ano, tem rasurados três versos na transcrição do poema "Ode Triunfal", de Álvaro de Campos. São eles: "Ó automóveis apinhados de pândegos e de putas" e "E cujas filhas aos oito anos — e eu acho isto belo e amo-o! — / Masturbam homens de aspecto decente nos vãos de escada". A polémica só estalou no início de 2019, apesar de esta rasura já estar em vigor há algum tempo.

A Porto Editora, entretanto, já tentou explicar-se e negou a censura. A explicação, contudo, foram pés metidos nas mãos: a editora afirmou que a versão integral do poema está no livro reservado aos professores, que os três versos cortados estão sinalizados na edição do aluno (cabendo aos professores decidir se os revelam) e que a justificação para os cortes é a "linguagem explícita". Todas estas justificações são problemas. Não anulam o problema, antes o justificam. Portanto, vamos antes ao que significa apresentar um cânone deformado, pôr um poema num manual escolar, assumindo-o como parte fundamental da cultura portuguesa, mas tirando aquilo que não é por alguém considerado de qualquer conveniência.

O que um autor escreve é responsabilidade sua e a literatura ultrapassa a ciência e o jornalismo por uma questão muito simples, que é a da liberdade. O texto literário é totalmente livre, é aliás essa ausência de fronteiras aquilo que o distingue de todos os outros tipos de texto. Ao ser feito, funda e cria as próprias regras. É-lhe, por isso, permitido o horror, a injustificação, o palavrão, formas de pontuação inventivas, etc., etc. Fernando Pessoa, pela mão de Álvaro de Campos, escreveu esta ode dentro da liberdade que quis ter. Lê-lo e estudá-lo passa por saber exactamente o que levou a cabo através da literatura, não por escolher as partes mornas, não por rasurar o que pode chocar miúdos. Tirar três versos de um poema (repare-se que não é escolher excertos em detrimento de outros, é explicitamente cortar cirurgicamente três versos) é um desrespeito pelo autor. Mas vai além disso: é um desrespeito pelos leitores e pelos alunos. Formar bons leitores – total papel e obrigação da escola – passa por não lhes dar uma versão maquilhada dos escritos, passa por assumi-los como parte integrante, válida, imprescindível, dessa relação dialógica, não como recipientes onde se põem coisas bonitas. Não cabe a autor de manual nenhum tirar as partes que acha que podem macular os cérebros jovens, da mesma forma que não cabia acrescentar um advérbio de negação ao célebre tradutor que se escandalizou com Nietzsche, "Deus está morto!".

A "linguagem explícita" invocada também é um problema no sentido em que infantiliza os alunos, e no caso alunos a chegar à maioridade. Não haverá nenhum falante em língua portuguesa daquela idade que não conheça palavrões, da mesma forma que não haverá um único que não saiba o que é a pedofilia. Se houvesse, seria obrigação da escola esclarecê-lo. Não passa isto, e será escusado dizê-lo, pela apologia à pedofilia, antes pela convicção de que, enquanto seres do mundo, nos cabe pensá-lo e melhorá-lo. A escola não pode permitir-se ocultar o trágico para não se dar ao trabalho de explicar contextos. É que aqueles alunos sairão da escola, seja no fim do ano lectivo ou da tarde, e fora daqueles muros terão acesso ao mundo inteiro. E aí verão a realidade como ela é, e serão eles a dar-lhes o seu próprio contexto: as ilhas de virgens d'*Os Lusíadas* a objectificar mulheres, Carlos da Maia a praticar incesto, Hemingway a incentivar o sofrimento animal, Goethe a deixar morrer o Werther, Proust a ingerir o açúcar das suas madalenas, já a puxar para diabético, Carmen a morrer porque alguém lhe levantou o braço, a morte de Bukowski a fumar os seus charutos, dando palco ao tabagismo.

Escolher um poema, com todos os argumentos para essa escolha (fundação de um mito literário, abordagem a um mito histórico, criação de um movimento literário/estético, seja o que for), implica encará-lo na sua consistência artística, enfrentá-lo com as dificuldades que impuser (por exemplo, a nível de exegese), exigir raciocínio e capacidade de contextualizar ou concatenar por parte dos leitores (e o papel de um professor é ajudar nisto). Menos do que isto é infantilizar leitores, exigir pouco do sistema de ensino e decepar a arte literária.

Avenida Palace. Sessão de cinema. Lisboa, 1927
Col. Estúdio Mário Novais / FCG – Biblioteca de Arte e Ar

Congresso História da Cultura em Portugal no Século XX

7 de fevereiro | Lisboa | Biblioteca Nacional

ORGANIZAÇÃO: INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

O congresso "História da Cultura em Portugal no Século XX" procura recensear pesquisas recentes e abrir novos campos de investigação na história cultural contemporânea em Portugal. A amplitude temática dos painéis, que inclui questões políticas e de periodização cultural, circulações do objeto escrito e o desenvolvimento das indústrias audiovisuais, entre outras, será uma oportunidade para estabelecer novas relações entre a história da cultura e outras dimensões, porventura melhor conhecidas, da história de Portugal no século XX.

INCONFORMAÇÃO 2019

9-10 de fevereiro | Carregal do Sal

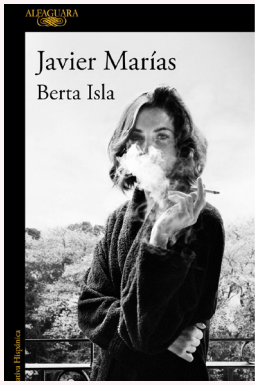
ORGANIZAÇÃO:
JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

Um espaço de debate político, conversa e convívio, aberto a quem quer construir um mundo novo. No Inconformação discute-se uma visão do mundo e a possibilidade de transformá-lo, partilhando conhecimentos e experiências que reforcem a capacidade de intervenção, participação e criação de movimento, numa perspetiva anticapitalista, feminista, antirracista e ecologista.

BANKSY, DISMALAND AND OTHERS

Até 31 de março
Edifício da Alfândega | Porto

Exposição do fotógrafo Barry Cawston, por muitos considerado o fotógrafo "oficial" de Banksy, sobre o projeto Dismaland (Terra da Desesperança), mas também sobre outras intervenções deste fascinante artista britânico, cujo trabalho surge da noite para o dia, em locais públicos, de Londres à Cisjordânia. A exposição leva o público numa viagem pelo universo Banksy, que há mais de 25 anos que usa a sua arte para questionar os valores da sociedade.

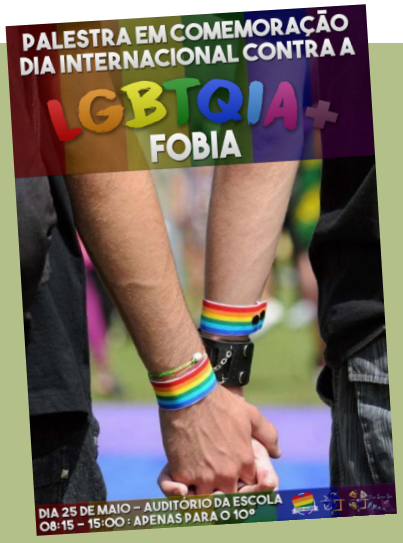


BERTA ISLA
Javier Marias
496 páginas | 2018
Alfaguara
PVP: ± 23.50 Euros

Não sendo esta uma obra sobre espionagem, a verdade é que também não deixa de o ser. É que a mestria literária de Marías é tal que o elemento social não é paisagem nem instrumento. Ao invés de veicular a narrativa, funda-a e cria-a. Ao invés de potenciá-la ou permiti-la, constitui-se como tal, sendo assim um elemento interno da formulação literária e permitindo uma relação dialógica com os leitores, em que estes, deparando-se com o panorama político-social da época, estão mais interessados nos abismos individuais das personagens, no pó que a política e as convulsões vão deixando em cada uma delas (de nós), no entulho que a História deixa fora dos livros, sem registo. A literatura mete-se, assim, nos confins da espionagem, fazendo o que só ela pode fazer, entrando sem complacência nas trevas individuais e acordando o que parece estar dormente na paisagem humana, que se faz em multidão sem rosto. Como o abismo pertence à arte, as bifurcações psicológicas, longe de serem lamechice ou sentimentalismo, apresentam-nos um romance na sua plena dimensão humana. *AB*

Q QUEM DISSER O CONTRÁRIO É PORQUE TEM RAZÃO
Mário de Carvalho
280 páginas | 2014
Porto Editora
PVP: ± 16.60 Euros

Este livro de Mário de Carvalho, não apenas dá passos para a formação de um autor, como é o seu intuito, como também extravasa o que promete, contribuindo para a formação sistemática de leitores. Assim, não serve apenas a aspirantes a romancistas, mas ainda a leitores exigentes ou estudiosos da literatura. Polvilhado de excertos e análises de obras que pertencem ao cânone literário, é ainda uma obra abrangente sobre a história da literatura. AB



ESR TRUE COLOURS | PEDRO LOUÇÃO

Em maio de 2018, um pequeno grupo de estudantes da Escola Secundária da Ramada (Odivelas) tomou a iniciativa de criar um clube que tivesse como objetivo tornar a escola um lugar mais seguro para todas e todos os alunos. O Clube ESR True Colours desenvolve intervenções comunitárias inclusivas, na escola, para jovens LGBTI+. Trata-se de um projeto que se destina a toda a comunidade educativa e tem como encargo capacitar as e os estudantes, professores e funcionários, bem como as famílias, fornecendo informação, favorecendo a socialização, apoio e aconselhamento para promover uma comunidade educativa orgulhosa, resiliente e diversificada. Exemplo são as várias atividades realizadas, nomeadamente na comemoração do Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, através de uma palestra com a partilha de experiências de jovens LGBTI+, a pintura de uma escadaria arco-íris e a produção e divulgação de vários cartazes. A importância deste tipo de projetos reside na insegurança que as pessoas LGBTI+ ainda sentem nas escolas e o ESR True Colours é um primeiro passo na promoção de uma escola inclusiva e segura para todos e todas.